



reinsurance
advisory board



O Poder do Resseguro

Apoiando a resiliência das sociedades através
de um mercado de resseguros aberto e bem
regulamentado

novembro de 2023

O Reinsurance Advisory Board (RAB) da Insurance Europe é um órgão representativo especializado do setor europeu dos resseguros. É representado em nível de presidente ou diretor executivo pelas sete maiores empresas de resseguros europeias: Gen Re, Hannover Re, Lloyd's, Munich Re, PartnerRe, SCOR e Swiss Re, sendo o secretariado assegurado pela Insurance Europe.

Através dos seus órgãos associados, o RAB representa mais de 50% do total dos prêmios de resseguro em todo o mundo. O RAB promove um ambiente de mercado estável, inovador e competitivo. Promove igualmente um quadro regulamentar e comercial que facilita a transferência global de riscos através do resseguro e de outras soluções de capital ligadas ao seguro.

Conteúdo

Sumário Executivo	4
I. O valor do resseguro em um mundo de incertezas	7
a. O que é o resseguro?	8
b. Porque é que o resseguro é importante	9
II. O custo das barreiras ao resseguro	15
a. A importância das atividades de resseguro transfronteiriças	16
b. As barreiras ao mercado de resseguros estão aumentando	16
c. O custo real das barreiras ao mercado para as sociedades	19
III. Regulamentação baseada em risco e cooperação em matéria de supervisão	21
deverá permitir o acesso ao mercado global	
a. Reconhecimento justo do resseguro nos requisitos de capital, incluindo a possibilidade de transferência de grupo e a fungibilidade do capital	23
b. Reconhecimento dos modelos internos no quadro prudencial	23
c. Controle adequado	24

Sumário Executivo

As resseguradoras assumem os riscos maiores e mais complexos das seguradoras primárias, tais como os riscos relacionados com catástrofes naturais ou grandes catástrofes provocadas pelo ser humano. O poder do resseguro reside em sua capacidade de diversificar estes riscos máximos de todo o mundo através de uma combinação de conhecimentos altamente especializados e de vanguarda, da inovação contínua dos produtos e de um balanço global.

O resseguro é, por natureza, uma atividade transfronteiriça que permite uma diversificação efetiva do risco global. Assim, as políticas comerciais e as práticas regulamentares que inibem esta transação transfronteiriça de resseguro enfraquecem fundamentalmente a força de qualquer mercado de seguros local:

- Reduzir o acesso à capacidade internacional de resseguro e à experiência em gestão de riscos.
- Comprometer a estabilidade financeira quando ocorrem grandes catástrofes, uma vez que as perdas podem não estar seguradas ou estar concentradas nas seguradoras e resseguradoras nacionais, em vez de serem distribuídas globalmente. Ambos os efeitos aumentam a pressão sobre o Estado para intervir.

Para garantir a resiliência econômica, é importante diminuir a proporção de perdas patrimoniais e de vida que não são seguradas, o que é frequentemente chamado de "fechar a lacuna de proteção". O resseguro tem um papel fundamental a desempenhar no fornecimento da capacidade de risco para permitir isso. Embora se espere que a lacuna de proteção do seguro cresça, principalmente devido às mudanças climáticas e demográficas, as barreiras comerciais e regulatórias ao resseguro internacional também estão aumentando, em detrimento dos segurados e da economia.

Os órgãos reguladores e supervisores dispostos a reduzir o déficit de proteção devem incentivar o resseguro transfronteiriço por meio de uma regulamentação adequada e baseada no risco que elimine as barreiras comerciais, como a obrigatoriedade de manter garantias ou a localização de ativos. A regulamentação adequada e baseada em risco das resseguradoras garante aos cedentes a segurança oferecida pelo resseguro e é adaptada às especificidades do resseguro.

Recomendações para o comércio de resseguros e políticas regulamentares

Melhores práticas

- Promover o livre fluxo de capital de resseguro afiliado e não afiliado e de pagamentos para aumentar a resiliência.
- Reconhecer a natureza específica do resseguro, ou seja, o fato de se tratar de uma atividade entre profissionais do risco cujo valor se baseia na especialização em riscos de ponta, na inovação contínua dos produtos e na diversificação global.
- Promover uma regulamentação prudencial baseada em risco que reconheça de forma justa os benefícios do resseguro para os cedentes através de uma redução adequada dos fundos próprios.
- Promover a cooperação internacional em matéria de supervisão e seguir exemplos bem-sucedidos como o Acordo Coberto UE-EUA.
- Assegurar uma supervisão do resseguro verdadeiramente proporcionada e baseada em risco.

Práticas contraproducentes

- Restringir ou desincentivar as atividades transfronteiriças, associadas ou não associadas, com base na localização geográfica de um ressegurador ou na sua forma jurídica.
- Incentivar o enviesamento nacional, tratando mais favoravelmente as resseguradoras nacionais.
- Restringir a diversificação global dos riscos através de barreiras à capacidade de transferência/fungibilidade do capital ou através da localização dos ativos.
- Limitar a capacidade de resseguro, obrigando à constituição de garantias sobre as reservas.
- Imposição de restrições aos modelos internos das resseguradoras e reconhecimento da diversificação dos riscos.

I.O valor do resseguro em um mundo de incerteza

a. O que é o resseguro?

O resseguro é um acordo financeiro entre empresas de seguros, em que uma seguradora (conhecida como empresa cedente ou seguradora principal) transfere uma parte dos seus riscos de seguro para outra seguradora (conhecida como resseguradora). Neste acordo, a resseguradora concorda em suportar uma parte dos riscos da empresa cedente em troca de um prêmio. Na sua essência, o resseguro é um seguro para as seguradoras.

O principal objetivo do resseguro é distribuir o risco e proteger as empresas de seguros de incorrerem em perdas excessivas devido a acontecimentos de grande dimensão ou catastróficos. Ao transferir uma parte dos seus riscos (ver "Riscos máximos" na Figura 1) para as resseguradoras, uma empresa de seguros pode reduzir a sua exposição a potenciais perdas e estabilizar a sua posição financeira. As resseguradoras podem cobrir tanto os riscos patrimoniais e de acidentes (P&C) como os riscos de vida e de saúde. O (res)seguro de P&C cobre os riscos ligados à propriedade ou à responsabilidade civil, tais como os riscos de veículos, de habitação, comerciais ou marítimos, enquanto o (res)seguro de vida e saúde cobre os riscos de morte, saúde, invalidez e outros riscos conexos.

O resseguro apoia a força financeira das seguradoras e aumenta a capacidade do mercado de seguros de absorver grandes perdas. Por meio do uso criterioso do resseguro, as seguradoras primárias podem subscrever mais seguros, tanto em termos de quantidade quanto de linha de negócios. Isso ajuda a reduzir as lacunas na proteção do seguro.

Figura 1: As resseguradoras diversificam os riscos máximos das seguradoras



Diversificação global: a espinha dorsal de um resseguro sólido

A diversificação é uma ferramenta fundamental por meio da qual as resseguradoras criam valor e, em última análise, oferecem proteção eficiente e eficaz para as seguradoras. Ela é alcançada por meio da realização de uma combinação de negócios expostos a diferentes fatores de risco que sejam tão independentes quanto possível. Essa diversificação pode surgir de diferentes linhas de negócios, produtos e grupos-alvo, e ao longo do tempo, mas especialmente de diferentes localizações geográficas. Como resultado, um evento de perda em um mercado local pode ser absorvido pela resseguradora, compensando as perdas com ganhos de outros contratos de resseguro que não foram afetados pelo evento.

As resseguradoras podem assumir alguns dos maiores e mais complexos riscos do mundo precisamente porque distribuem o risco por todo o globo. Ao fazê-lo, as empresas de resseguros evitam a sobre-exposição e atuam como uma força estabilizadora nos mercados de seguros locais. As resseguradoras podem tirar partido das economias de escala para garantir a disponibilidade de mais seguros a preços mais baixos do que seria possível de outra forma.

Em um cenário de aumento significativo das perdas decorrentes de catástrofes em todo o mundo - uma consequência do desenvolvimento econômico, das mudanças climáticas e das cadeias de produção e distribuição globalizadas - o agrupamento eficiente de riscos entre fronteiras é agora mais importante do que nunca.

b. Porque é que o resseguro é importante

As empresas de resseguros melhoram a disponibilidade e a acessibilidade dos seguros, uma vez que subscrevem frequentemente os riscos mais complexos e de maior dimensão, oferecendo condições que beneficiam de economias de escala, de uma gestão sofisticada e frequentemente centralizada do capital e de importantes efeitos de diversificação. O conhecimento pormenorizado das tendências em matéria de sinistros por parte das resseguradoras também impulsiona o desenvolvimento de subscrições de impacto¹ e de produtos que apoiam os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Para além de contribuírem para reduzir as lacunas de proteção, as resseguradoras mundiais proporcionam importantes benefícios à economia mundial e desempenham um papel fundamental na proteção e no apoio às sociedades, nomeadamente estimulando a inovação, ajudando o mercado dos seguros a adaptar-se às alterações climáticas ou melhorando a estabilidade financeira.

¹ A subscrição de impacto é uma subscrição que, através de preços baseados no risco, condições contratuais e estratégias de subscrição, promove medidas de prevenção que contribuem para a adaptação e/ou atenuação das alterações climáticas

Figura 2: As resseguradoras fornecem proteção e conhecimentos de gestão de riscos



Comunidades

- Capacidade de obter coberturas acessíveis e inovadoras adaptadas às suas necessidades



Seguradoras

- Estabilidade
- Capacidade para fazer crescer (ou sair) uma linha de negócio
- Aconselhamento e serviços



Resiliência do mercado

- Modelação de catástrofes de última geração
- Diversificação global dos riscos

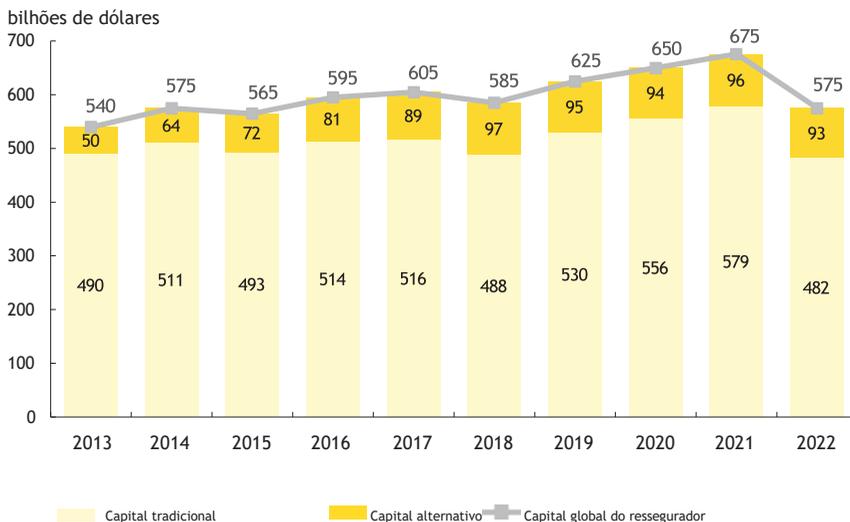
Reduzir as lacunas de proteção

Os déficits de proteção dos seguros podem ser definidos como a diferença entre o montante do seguro que é economicamente vantajoso e o montante da cobertura efetivamente adquirida². Uma forma de analisar a forma como o resseguro ajuda a reduzir os déficits de proteção é considerar a forma como o capital de resseguro global (tanto tradicional como alternativo³) apoia os riscos ressegurados. De acordo com os dados da corretora Aon (ver Figura 3), o capital de resseguro global está a crescer de forma constante. Totalizou 575 bilhões de dólares em 2022, apesar de uma diminuição devido a perdas não realizadas em carteiras de investimento em 2021.

² ["Understanding and Addressing Global Insurance Protection Gaps"](#), Associação de Genebra, abril de 2018

³ O resseguro alternativo refere-se a obrigações catastróficas, garantias de perdas no setor, resseguro colateralizado e sidecars, que proporcionam uma capacidade de subscrição adicional financiada por investidores de capital ou de dívida

Figura 3: O capital mundial de resseguro mantém-se forte apesar do aumento dos riscos (bilhões de dólares)



Fontes: Demonstrações financeiras da empresa, Aon's Reinsurance Solutions, Aon Securities, LLC

Conforme observado acima, o resseguro global fornece ao mercado de seguros capacidade adicional de subscrição para todos os principais riscos de seguro, especialmente para os riscos de pico. Isso beneficia os segurados e reduz a lacuna de proteção, disponibilizando mais seguros para mais mercados. As cessões globais de prêmios de resseguro das seguradoras primárias para 2022 estão atualmente estimadas em US\$ 455 bilhões, dos quais os prêmios de P&C somam US\$ 356 bilhões e os de vida e saúde, US\$ 99 bilhões⁴.

Portanto, embora na maioria dos casos os tomadores de seguro não estejam cientes disso, eles geralmente são parcialmente compensados pelo setor de resseguros.

Promover a inovação

As seguradoras recorrem aos seus parceiros de resseguro quando são confrontadas com riscos de grande dimensão, complexos ou emergentes, para os quais não dispõem de produtos, conhecimentos ou dados que lhes permitam uma avaliação adequada do risco. Consequentemente, as resseguradoras operam nos limites da segurabilidade e são os primeiros a desenvolver soluções inovadoras que aumentam o alcance da segurabilidade.

⁴ Fonte: Munich Re Economic Research (estimativas de setembro de 2023)

Os exemplos incluem:

- As resseguradoras de vida introduziram produtos que cobrem diabetes, HIV e condições de saúde mental, bem como conceitos que ampliam o escopo da cobertura de invalidez ocupacional. Elas têm sido particularmente ativas na automação e simplificação dos processos de avaliação de riscos e gerenciamento de sinistros.
- As ferramentas de TI de subscrição desenvolvidas pelas resseguradoras são amplamente utilizadas pelas seguradoras primárias, permitindo que a grande maioria das solicitações de cobertura de seguro seja aceita imediatamente, mesmo para riscos abaixo do padrão. As resseguradoras estão bem posicionadas para prestar esse serviço, pois se beneficiam de grandes bancos de dados de vários portfólios e de um profundo conhecimento atuarial e médico.
- As resseguradoras de P&C introduziram soluções paramétricas ao abrigo das quais os pagamentos para cobrir perdas são acionados quando é atingido um limiar pré-definido. Estas soluções são utilizadas para aumentar a segurabilidade dos riscos difíceis de segurar, tais como os riscos relacionados com as condições climáticas, as mercadorias e a interrupção de atividade sem danos⁵.
- Para além das capacidades de modelização de catástrofes, as resseguradoras de P&C assumiram um papel de liderança no seguro de riscos emergentes, tais como
 - Garantias de desempenho para infraestruturas de energias renováveis
 - Soluções abrangentes para riscos cibernéticos
 - Soluções para riscos de epidemias e pandemias em todas as linhas de negócio
 - Capacidade para riscos da Web 3.0 utilizando a tecnologia de cadeias de blocos

Adaptação às alterações climáticas

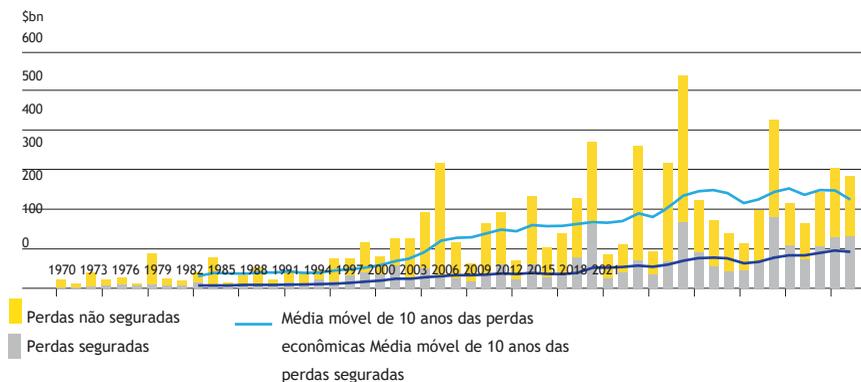
Os mercados de seguros estão a dar um contributo substancial para o financiamento da transição para uma economia com baixas emissões de carbono e para a atenuação do impacto financeiro das catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, de modo a que as famílias, as empresas e as economias inteiras possam recuperar mais rapidamente. Mesmo nos maiores mercados de seguros, como o dos EUA, o setor dos seguros primários não tem capacidade para fazer face a grandes catástrofes. É aqui que entra em jogo uma capacidade de resseguro global adicional e bem diversificada.

As resseguradoras têm sido uma fonte crítica de apoio na resposta às catástrofes naturais durante muitas décadas, desenvolvendo extensos conjuntos de dados relacionados com as atividades climáticas, aperfeiçoando as ferramentas de subscrição para fixar o preço dos eventos de cauda (eventos de baixa frequência/elevada gravidade) e fornecendo uma capacidade significativa para os riscos catastróficos. As resseguradoras são capazes de gerir e absorver a volatilidade neste segmento de negócio devido à sua ampla diversificação

⁵ "[Resseguro e seguro estratégicos: a tendência crescente de soluções personalizadas](#)", sigma 5/2016, Instituto Swiss Re

geográfica e de ramos de atividade, mesmo em anos de extrema perdas. A título de exemplo, 2017 foi um ano com perdas de natcat excepcionalmente elevadas (ver Figura 4), com três furacões devastadores (Irma, Harvey e Maria) nos EUA e nas Caraíbas, mas o ônus das perdas foi dividido quase equitativamente entre seguradoras primárias e resseguradoras⁶.

Figura 4: Perdas seguradas versus perdas não seguradas - 1970-2022 (\$bn a preços de 2022)



Perdas econômicas = perdas seguradas + perdas não seguradas. Fonte: *sigma* 1/2023, Instituto Swiss Re

Alertadas pelo seu conhecimento pormenorizado dos sinistros relacionados com eventos meteorológicos que conduzem a grandes catástrofes (tais como perdas por seca, inundações ou granizo), as resseguradoras têm estado na vanguarda da divulgação da questão das alterações climáticas junto de um público mais vasto, ao mesmo tempo que desenvolvem soluções para mitigar e adaptar-se ao novo normal.

Melhorar a estabilidade e a resiliência financeiras

Não há dúvida de que as grandes catástrofes naturais têm impactos negativos significativos e muitas vezes duradouros na atividade econômica, especialmente para os países mais vulneráveis. A transferência de riscos para o mercado de (res)seguros tem um valor macroeconômico e ajuda a facilitar uma recuperação rápida de grandes catástrofes⁷.

⁶ *Ibid*

⁷ "[Unmitigated disasters? New evidence on the macroeconomic cost of natural catastrophes](#)", por Goetz von Peter, Sebastian von Dahlen, Sweta Saxena,

Uma elevada penetração dos seguros e o acesso ao capital de resseguro após um acontecimento de grande risco significam que a reconstrução pode ser financiada mais rapidamente, que a interrupção das atividades pode ser reduzida e que os governos podem evitar desviar recursos públicos para a reconstrução, protegendo assim os balanços públicos.

As resseguradoras também aumentam significativamente a capacidade de absorção de choques de uma jurisdição, distribuindo uma grande parte do risco para além das suas fronteiras. Quando recorrem ao resseguro, as seguradoras nacionais estão mais aptas a gerir as restantes exposições ao risco sem entrarem em stress financeiro. O resseguro é, por conseguinte, um instrumento de atenuação do risco que contribui para a estabilidade financeira de uma jurisdição e melhora a capacidade de resistência das comunidades locais.

Um sinal dos benefícios evidentes do resseguro global é o fato de as populações mais vulneráveis às catástrofes naturais se encontrarem entre as que mais o procuram. Os dados da OCDE revelam que as seguradoras de países com níveis relativamente elevados de exposição a catástrofes naturais, como o Japão e a Nova Zelândia, transferem mais riscos para os mercados mundiais de resseguros do que as seguradoras primárias com uma exposição mais limitada a grandes riscos⁸.

Os pagamentos de resseguro têm também a vantagem de fornecer capital de fora da economia local, pelo que, ao contrário da intervenção governamental, não são uma redistribuição de capital mas uma injeção de capital, ajudando a estabilizar a situação financeira na sequência de um choque económico.

Estudo de caso: Inundações de Ahrstal, Alemanha, 2021

As inundações de 2021 no vale do Ahr, na Alemanha, causaram danos devastadores. Para o setor dos seguros, a inundação causada pela tempestade Bernd foi a catástrofe natural mais cara de todos os tempos na Alemanha, provocando danos estimados em 8,75 mil milhões de euros⁹. De acordo com um inquérito da autoridade de supervisão financeira alemã, BaFin, 6,3 mil milhões de euros foram suportados por resseguradores, dos quais cerca de 3 mil milhões de euros foram cobertos por resseguradores domiciliados fora da Alemanha¹⁰. As resseguradoras pagaram 72% de todos os sinistros segurados, cobrindo assim grande parte dos custos de recuperação e reduzindo significativamente a necessidade de os contribuintes alemães prestarem assistência em caso de catástrofe.

⁸ *Ibid*

⁹ "[Zwei Jahre Ahrtaflut: Schadenregulierung vom Wiederaufbau-Tempo abhängig](#)", GDV (Associação Alemã de Seguros), julho de 2023

¹⁰ [Relatório Anual 2021](#), BaFin (em alemão)

II. O custo das barreiras ao resseguro

a. A importância dos negócios de resseguros transfronteiriços

Para poder usufruir de todas as suas vantagens, o modelo de negócio do resseguro baseia-se, tanto quanto possível, na diversificação dos riscos, tanto quanto possível, entre linhas de negócio, produtos, perigos e geografias. Consequentemente, um acontecimento isolado numa região terá um impacto mais limitado nas resseguradoras diversificadas em nível mundial do que nas seguradoras mais centradas em nível local.

As empresas de resseguros entram frequentemente em novos mercados numa base transfronteiras antes de estabelecerem escritórios físicos. Se, por razões comerciais, optarem por estabelecer uma presença física sob a forma de uma sucursal ou de uma filial, muitas resseguradoras preferem normalmente estabelecer sucursais.

As sucursais desempenham um papel fundamental para muitas resseguradoras que pretendem aceder e prestar serviços a cedentes em mercados estrangeiros. Não são entidades jurídicas constituídas separadamente. Também não estão sujeitas aos limites de recursos de capital de uma filial, pelo que são mais adequadas para tirar partido das vantagens do mercado global de resseguros.

Os cedentes que negociam com uma sucursal de uma resseguradora beneficiam-se de toda a força de capital da sua controladora. Este fato permite que a resseguradora promova uma diversificação prudente dos riscos e utilize o capital de forma eficiente para cobrir riscos aos quais, de outra forma, não poderia afetar capital. Esta situação gera os benefícios óbvios para os cedentes de uma maior disponibilidade de capacidade de resseguro e de níveis reduzidos de prêmios de resseguro.

b. As barreiras ao mercado de resseguros estão aumentando

Apesar da importância e dos benefícios da diversificação global, alguns governos adotaram medidas políticas que restringem a oferta de soluções de resseguro nas suas jurisdições. Estas barreiras podem tornar muito mais difícil para as populações locais adquirirem proteção contra riscos prementes.

Figura 5: As resseguradoras transfronteiriças são objeto de medidas discriminatórias em todo o mundo



Os dados sugerem que o número de restrições protecionistas ao resseguro transfronteiriço está a aumentar. O Global Reinsurance Forum (GRF) publica uma análise anual das barreiras comerciais com que as resseguradoras se deparam. Durante a última análise, o GRF identificou 54 territórios importantes que implementaram, estão em vias de implementar ou estão a considerar a possibilidade de impor barreiras ao resseguro global¹¹. Trata-se de um aumento significativo em relação aos 45 territórios identificados pelo GRF em agosto de 2019¹² e coincide com um aumento geral das restrições ao comércio de bens e serviços¹³.

¹¹ “[Reinsurance Trade Barriers and Market Access Issues Worldwide](#)”, Global Reinsurance Forum, abril de 2023

¹² “[Reinsurance Trade Barriers and Market Access Issues Worldwide](#)”, Global Reinsurance Forum, agosto de 2019

¹³ Em 2022, as novas restrições a bens, serviços e investimentos aumentaram 14%, atingindo mais de 2 600, de acordo com os dados do Global Trade Alert analisados pelo Fundo Monetário Internacional. O nível total de restrições comerciais é mais de seis vezes superior ao registado em 2013. Fonte: [fDi Intelligence](#), junho de 2023

Na UE, é permitido o resseguro transfronteiriço de todos os mercados do Espaço Económico Europeu (EEE) e de todas as jurisdições consideradas equivalentes para efeitos de resseguro ao abrigo do regulamento prudencial Solvência II da UE. A UE também permite que as resseguradoras localizadas em jurisdições não equivalentes efetuem resseguros transfronteiriços, sujeitos a regras estabelecidas por cada Estado-Membro da UE. Alguns Estados-Membros introduziram restrições que afetam as resseguradoras localizadas em jurisdições não equivalentes.

As restrições ao resseguro internacional são frequentemente motivadas por mal-entendidos sobre o valor que o resseguro traz à economia de uma jurisdição. O valor económico do resseguro reside na sua capacidade de repartir e diversificar o risco através das fronteiras e de tornar as jurisdições mais resistentes a eventos de risco, e não na sua geração de prémios brutos emitidos dentro das fronteiras nacionais.

Embora possa parecer superficialmente atrativo utilizar medidas de política pública para manter os prémios de (res)seguro num país, uma concentração do risco a nível interno pode revelar-se perigosa para a indústria local e para os consumidores, em especial se ocorrer um acontecimento catastrófico.

Os argumentos a favor da cooperação: Acordos cobertos UE-EUA e Reino Unido-EUA Em vez de introduzir barreiras, uma boa prática é promover a cooperação regulamentar e de supervisão entre jurisdições, o que pode trazer benefícios significativos para o resseguro transfronteiriço. É o que demonstra o Acordo Coberto UE-EUA, bem como o Acordo Coberto Reino Unido-EUA, que foi posto em prática imediatamente após o Brexit.

Os acordos, ambos celebrados em 2018 e plenamente aplicados desde 2022, reforçam a segurança regulamentar e asseguram condições de concorrência equitativas para as (res)seguradoras da UE/Reino Unido e dos EUA, suprimindo mutuamente os requisitos de presença local e de garantias, se estiverem reunidas determinadas condições. Promovem igualmente a cooperação e o intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão da UE/Reino Unido e dos EUA.

Os acordos foram muito bem acolhidos pelas empresas de resseguros da UE/Reino Unido e dos EUA, uma vez que melhoram significativamente o acesso ao mercado de ambos os lados do Atlântico e aumentam consideravelmente a eficiência do resseguro ao eliminarem os requisitos em matéria de garantias.

c. O custo real das barreiras de mercado para as sociedades

As medidas protecionistas são normalmente projetadas para aumentar os prêmios brutos escritos locais, impedindo que as seguradoras primárias busquem resseguro internacionalmente. Essas medidas contribuem para a concentração de riscos em uma única jurisdição ou região. A Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) reconhece essa possibilidade e o impacto das barreiras sobre a solidez de um mercado de seguros no Princípio Fundamental de Seguros 13 (Resseguro e Outras Formas de Transferência de Risco), afirmando

"A diversificação geográfica do risco, que envolve normalmente a transferência do risco para além das fronteiras jurisdicionais, é um elemento fundamental da gestão do capital e do risco das seguradoras e resseguradoras cedentes. A diversificação geográfica pode também ter um impacto na jurisdição da seguradora cedente, em especial nas jurisdições expostas a catástrofes. Ao cederem o risco de seguro através das fronteiras, as seguradoras cedentes na jurisdição, e a jurisdição no seu conjunto, podem beneficiar-se de uma concentração reduzida das exposições ao risco de seguro em nível da seguradora cedente e da jurisdição, respetivamente. Este fato pode também contribuir para a estabilidade financeira da jurisdição.

"As seguradoras e resseguradoras cedentes podem enfrentar limitações externas à diversificação geográfica, por exemplo, sob a forma de restrições à transferência de riscos transfronteiriços. A autoridade de supervisão deve estar ciente e ter em conta os impactos potenciais de tais limitações nas seguradoras e resseguradoras cedentes individuais, bem como na solidez e eficiência do mercado de seguros."

Uma comparação da forma como as catástrofes são vividas nos países mais abertos ao resseguro global e nos mais fechados mostra a importância de manter mercados de resseguro abertos.

Com base numa investigação exaustiva, a OCDE concluiu em 2018 que os elevados níveis de cobertura de resseguro teriam provavelmente atenuado o impacto econômico das catástrofes¹⁴. Além disso, os países com uma elevada penetração de (re)seguros registaram menores contrações na produção após uma catástrofe e os seus níveis de dívida permaneceram praticamente inalterados¹⁵. A investigação analisou as grandes catástrofes ocorridas entre 2010 e 2017 na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, México, Nova Zelândia, Filipinas, Polónia, Tailândia, Reino Unido e EUA.

¹⁴ ["The Contribution of Reinsurance Markets to Managing Catastrophe Risk"](#), OCDE, abril de 2018

¹⁵ *Ibid*

No entanto, quando as jurisdições proíbem a oferta de resseguros transfronteiriços, a capacidade das comunidades locais para recuperar de catástrofes é restringida. A concentração de riscos pode ter consequências negativas do ponto de vista macroeconômico quando ocorrem grandes catástrofes ou catástrofes naturais. De forma contraintuitiva, os obstáculos ao comércio podem também comprometer a estabilidade financeira, introduzir incentivos não prudenciais nas decisões de compra e dificultar, em vez de promover, o desenvolvimento da capacidade de resseguro local.

As seguradoras locais podem ir à falência quando ocorrem perdas catastróficas - no preciso momento em que o governo local, as empresas locais e a população local menos o podem suportar, criando assim uma instabilidade financeira local significativa com potenciais efeitos de arrastamento para a economia regional e global mais alargada. O resseguro global pode ter um efeito contracíclico nestas situações. Infelizmente, muitos dos impactos negativos da concentração do risco a nível local só se tornam evidentes na sequência de um acontecimento catastrófico, sendo que o verdadeiro custo das restrições ao resseguro só se torna aparente ao fim de muitos anos.

A falta de diversificação do (res)seguro significa também que é necessário deter mais capital para cobrir o mesmo risco com o mesmo grau de confiança, tornando os prémios de seguro mais caros e reduzindo assim a cobertura do seguro.

III. A regulamentação baseada em risco e a cooperação em matéria de supervisão devem permitir o acesso ao mercado mundial

Prevendo-se que as perdas resultantes de catástrofes aumentem significativamente em consequência do desenvolvimento econômico, das alterações climáticas e da globalização das cadeias de produção e de distribuição, é mais importante do que nunca que se mantenha uma eficiente partilha global dos riscos.

As resseguradoras partilham este benefício da diversificação com os seus clientes, fornecendo capacidade de suporte de riscos e tornando os mercados locais mais resistentes.

Para que o resseguro possa proporcionar todos os seus benefícios, um regime regulamentar estabelecido e baseado no risco, que tome em consideração as características específicas das atividades de resseguro, é mais eficaz do que as restrições comerciais locais. Um regime baseado no risco garante que as empresas de resseguros sejam geridas de forma profissional e adequadamente capitalizadas. Existem várias formas de conseguir um tratamento regulamentar adequado dos modelos de atividade das empresas de resseguros.

A chave para uma regulamentação eficaz dos mercados de resseguros é o reconhecimento de que o que constitui uma boa gestão do capital numa perspectiva de resseguros é diferente de outros serviços financeiros. Por exemplo, ao contrário dos bancos, as resseguradoras não enfrentam um risco equivalente ao de uma "corrida", quando todos os clientes bancários levantam os seus depósitos ao mesmo tempo, uma vez que as resseguradoras recebem regularmente pagamentos antecipados de prémios e não procedem a transformações de prazos de vencimento. Por conseguinte, a obrigatoriedade de localização do capital pode fazer sentido no contexto bancário, mas não no contexto dos resseguros.

Figura 6: Uma regulamentação adequada do resseguro tem em conta as especificidades da atividade de resseguro



a. Reconhecimento justo do resseguro nos requisitos de capital, incluindo a transferibilidade do grupo e a fungibilidade do capital

Uma regulamentação adequada e eficaz do resseguro é fundamental para garantir que os benefícios do resseguro sejam realizados pela sociedade. A capacidade de uma resseguradora para gerir o seu capital é fundamental para poder prestar o seu serviço.

Quando as resseguradoras podem reunir seu capital em uma única entidade global, elas podem oferecer mais capacidade de resseguro ao mercado com menos riscos do que quando enfrentam barreiras. As resseguradoras precisam ser capazes de investir sua receita de prêmios globalmente e transferir seu capital de uma jurisdição para outra. As restrições ao livre fluxo de capital para as resseguradoras tornam a cobertura de resseguro mais cara. Tanto a fungibilidade do capital - a possibilidade de o capital de uma única sociedade absorver totalmente qualquer tipo de perda dentro do grupo - quanto a capacidade de realizar transações intragrupo além das fronteiras são fatores importantes para permitir que as resseguradoras aloquem o capital de forma eficiente e, assim, obtenham todos os benefícios da diversificação.

Além disso, do lado das seguradoras primárias, um regime regulatório prudencial adequado, baseado em risco, deve proporcionar alívio de capital apropriado aos níveis de risco transferidos. Ele deve incentivar os cedentes a gerenciar e justificar sua estratégia de resseguro de forma prudente e com base no risco para evitar favorecer os resseguradores nacionais em detrimento das resseguradoras financeiramente fortes de regimes bem regulamentados.

b. Reconhecimento dos modelos internos no quadro prudencial

Historicamente, muitas resseguradoras têm investido extensivamente no desenvolvimento de modelos internos, que são partilhados e aprovados pelas suas autoridades de supervisão. Tal como reconhecido pelo Princípio Fundamental dos Seguros da IAIS 17 (Adequação do Capital), Solvência II na UE e outros regimes proeminentes, os modelos internos fornecem uma base sólida para o cálculo dos requisitos de capital regulamentar e melhoram a comparabilidade dos níveis de capital entre resseguradores. Há muito que são utilizados pelas resseguradoras como instrumentos para uma gestão sólida dos riscos e para a orientação da atividade. De fato, os modelos internos têm por objetivo medir de forma holística o risco e os efeitos da diversificação, tanto entre ramos de atividade como a nível geográfico. Um modelo interno adequadamente concebido e calibrado representa uma forma apropriada de avaliar os requisitos de capital econômico¹⁶.

¹⁶ “[Modelos internos: uma perspectiva de resseguro](#)”, RAB, dezembro de 2018

c. Controle adequado

Uma supervisão adequada é tão importante como uma regulamentação adequada. Em ambos os casos, é fundamental que as autoridades reguladoras tenham em conta as características específicas do resseguro. A supervisão das resseguradoras, a supervisão de grupos e a cooperação entre as autoridades de supervisão do país de origem e do país de acolhimento constituem também uma abordagem mais adequada do que as restrições transfronteiras.

Tal como acima referido, a IAIS reconhece que a supervisão da aquisição de resseguros não deve assumir a forma de restrições às atividades das empresas de resseguros estrangeiras¹⁷. Pelo contrário, a IAIS sugere que as autoridades de supervisão devem acompanhar de perto as seguradoras primárias e certificar-se de que estas adoptam uma abordagem prudente em matéria de aquisição de resseguros e de gestão de riscos.

Registaram-se progressos no intercâmbio de informações e na cooperação entre as autoridades de supervisão a nível do grupo e do país de origem. Por exemplo, o Acordo Coberto UE-EUA promove a cooperação e o intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão da UE e dos EUA. Além disso, o Memorando Multilateral de Entendimento (MMoU) da IAIS constitui um quadro global para a cooperação e o intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão dos seguros. As autoridades de supervisão dos seguros poderiam tomar outras medidas no sentido do reconhecimento mútuo da regulamentação em matéria de resseguros.

Entretanto, o quadro comum da IAIS para a supervisão dos grupos seguradores ativos a nível internacional (ComFrame) deverá continuar a promover uma maior harmonização na forma como os grupos ativos a nível internacional, incluindo os grandes resseguradores, estão a ser supervisionados.

Uma supervisão adequada dos riscos, juntamente com uma regulamentação apropriada e baseada em risco, são os melhores instrumentos para garantir a eficiência dos mercados de resseguros, nomeadamente através da diversificação global dos riscos. Isto aumenta a proteção dos tomadores de seguros e ajuda a reduzir as lacunas de proteção, melhorando simultaneamente a estabilidade financeira e a resiliência. As resseguradoras proporcionam uma capacidade adicional de (res)seguro muito necessária, nomeadamente em tempos de riscos cada vez mais complexos e de acontecimentos extremos.

A introdução de barreiras ao comércio de resseguros limita o potencial de crescimento económico, impõe custos mais elevados e, em última análise, reduz a disponibilidade e a acessibilidade de seguros para os consumidores. Em vez disso, deve ser promovido um mercado mundial de resseguros aberto e bem regulamentado, uma vez que trará grandes benefícios, apoiando não só os governos, os organismos públicos e os tomadores de seguros, mas também as economias e as sociedades.

¹⁷ ICP 13 (Resseguro e outras formas de transferência de riscos), IAIS

© Insurance Europe's Reinsurance Advisory Board Bruxelas,
novembro de 2023
Todos os direitos reservados
Design: Insurance Europe

"The Power of Reinsurance" está sujeito a direitos de autor com todos os direitos reservados. É autorizada a reprodução parcial se for indicada a referência da fonte "'The Power of Reinsurance', Insurance Europe's Reinsurance Advisory Board, November 2023". Cópias de cortesia são bem-vindas. A reprodução, distribuição ou venda desta publicação como um todo é proibida sem a autorização prévia do Conselho Consultivo de Resseguros da Insurance Europe.

Embora todas as informações utilizadas na presente publicação tenham sido cuidadosamente retiradas de fontes fiáveis, o Conselho Consultivo de Resseguros da Insurance Europe não aceita qualquer responsabilidade pela exatidão ou abrangência das informações fornecidas. As informações fornecidas têm um caráter meramente informativo e, em caso algum, o Conselho Consultivo de Resseguros da Insurance Europe será responsável por quaisquer perdas ou danos resultantes da utilização destas informações.



Secretariado do Conselho Consultivo de Resseguros da

Insurance Europe:
rue du Champ de Mars 23
B-1050 Bruxelas
Bélgica

Tel: +32 2 894 30 00
www.insuranceeurope.eu/rab